

DO LUGAR DO NEGÓCIO À CIDADE COMO NEGÓCIO

César Simoni Santos

A partir dos anos 1990, a convergência em torno da escala urbano-metropolitana parecia sinalizar não somente para a construção de um novo consenso interdisciplinar, mas para o sentido das dinâmicas espaciais em meio à profunda crise que abalava o regime de acumulação estruturado no pós-guerra. Muitas teorias e conceitos foram ajustados e forjados nesse contexto em função da percepção de que a escala urbano-metropolitana assumia aí uma renovada importância no universo da acumulação capitalista. A ascensão dessa escala no âmbito disciplinar das ciências espaciais representou, simultaneamente, a possibilidade de revisão dos pressupostos tácitos do grande espectro das disciplinas pertinentes ao campo da ciência regional. Além da exigência de uma adequação da escala regional ao universo das dinâmicas urbanas, as próprias relações interescares foram sobremaneira atingidas. Mas, se a nova importância do urbano e da metrópole parecia se constituir como o elemento forte de um novo consenso, os métodos, os conceitos e os princípios teóricos que pautaram esse aparente acordo mostravam concepções radicalmente diversas na base da produção acadêmica. Apesar do destaque que o ajuste escalar da teoria regional ao urbano, que a percepção da importância dos espaços metropolitanos para a atual fase da acumulação capitalista e que a constatação da força que essa escala e as dinâmicas propriamente urbanas assumem depois dos anos 1980-1990 para a interpretação dos processos econômicos em âmbito global serem aqui considerados válidos e pertinentes no campo de uma teoria social crítica, este capítulo coloca em questão o repertório conceitual e os fundamentos teóricos de uma parte da produção que se dedicou à problemática da dinâmica espacial da reestruturação produtiva.

O AJUSTE ESCALAR E A VIA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Na década de 1950, a escala tradicional vinculada ao conceito de região vacila juntamente com a possibilidade mesmo de se continuar a empregar o rótulo de Geografia Regional para os estudos voltados ao desvendamento das dinâmicas pertinentes a um determinado domínio ou “recorte” espacial. Do ponto de vista da Geografia Crítica, a força de penetração dos capitais oligopolizados que se projetam na escala internacional sobre os diversos domínios espaciais tendia a aniquilar um dos pressupostos elementares desse campo disciplinar: a autonomia regional. Por outro lado, a institucionalização da Ciência Regional e a emergência da Geografia Quantitativa, nos EUA, apesar de fortalecerem o emprego do conceito de região, dão maior autonomia escalar para as formas de uso desse mesmo conceito. A revisão e, mesmo, a retomada das teorias de Lösch, Christaller, Weber e Von Thünen, nesse momento, já dão, em certa medida, alguma liberdade para que se recorra à noção de região de forma bem diferente daquela que predominou até a primeira metade do século XX sob a forte influência da Geografia vidaliana. A moeda de troca para a emancipação escalar do conceito de região será, aqui, no entanto, a amarração morfológica gerada a partir de matrizes espaciais abstratas de validade pretensamente universal e irrestrita nos termos de sua aplicação.

No âmbito da chamada Geografia Crítica, as considerações de Max Sorre iluminam a crítica que Milton Santos irá fazer à Geografia Clássica e, por consequência, a uma tradição bastante forte da Geografia Regional, um dos pilares da disciplina até esse momento. Santos questiona se “se pode, ainda hoje, admitir que as construções humanas, tal qual se apresentam na face do planeta, resultam de uma interação entre ‘um’ grupo humano e ‘seu’ meio geográfico”.¹ Segundo ele, “a região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna; ela é principalmente definida do exterior, como observou B. Kayser, e seus limites mudam em função de critérios diversos. Nestas condições, a região deixou de existir em si mesma.”² Assim, “o fato de que não há autonomia regional é paralelo à falência da geografia regional considerada em termos tradicionais”.³ Mas, além da crítica à concepção tradicional de região, o tratamento dado por essa vertente contribuiu definitivamente também para o desenvolvimento de uma conformação escalar fluida do conceito de região que rompia com o universo dos grandes domínios regionais herdados da Geografia Tradicional. A própria perspectiva do desenvolvimento desigual permitia uma observação das relações econômicas a partir de unidades e domínios espaciais definidos numa ampla gama de escalas geográficas. Isso posto, foi possível transpor a escala de análise do campo internacional para o campo inter-regional e, depois, para a escala urbano-metropolitana. Essa foi a via de contribuição da vertente crítica para o rompimento com a escala rígida dos grandes domínios

da Geografia Regional tradicional. Desse modo, tanto por meio do papel das vertentes críticas da Geografia quanto por meio da evolução da ciência regional e das técnicas quantitativas que embasaram a Geografia Matricial, a evolução da noção de região no século XX se separou de um registro escalar rígido (típico) e libertou o conceito para o emprego em diversos segmentos da ciência espacial. Além disso, a planificação keynesiana, a centralidade dos Estados Nacionais, o crescimento econômico do pós-guerra e mesmo a crítica ao modelo fordista-keynesiano (fosse na sua versão central, fosse na sua versão periférica) politizou, institucionalizou e instrumentalizou o conceito de região.

Uma das vias para a identificação do conceito de região à escala local e ao urbano será aberta pelo aparecimento da corrente teórica do “desenvolvimento endógeno” nos anos 1970. Por isso, segundo Benko,⁴ o “desenvolvimento local”, como também é comumente designada essa corrente, “é frequentemente interpretado como o paradigma mais recente do desenvolvimento”. A aposta teórica desse grupo consiste no reconhecimento da organização e das ações locais como elementos territoriais de fomento da atual dinâmica econômica. A crise dos estados interventores de perfil keynesiano e da própria economia administrada típica do pós-guerra, além de ter enterrado (ou quase) as teorias associadas ao planejamento centralizado e realizado no horizonte da escala nacional (como a teoria dos polos de crescimento, de François Perroux, por exemplo), deu ampla margem de aceitação para as teorias que valorizavam os elementos disponíveis ou emergentes a partir dos arranjos locais. Desse modo, essa vertente produziu uma concepção do desenvolvimento econômico a partir do enfraquecimento do Estado central e da escala nacional, determinantes no modelo anterior de crescimento. Por essa razão, essa concepção circulou entre a crítica e a gestão (estatal e dos negócios) como panaceia da proclamada crise pós-fordista.

Entre os autores da hipótese do desenvolvimento endógeno, Ana Cristina Fernandes⁵ elenca aqueles que trataram dos arranjos produtivos da Terceira Itália (Becatini, Bellandi, Garfoli) e do Vale do Silício californiano (Scott, Storper, Walker e Castells). Aos primeiros está associada a forma espacial do distrito marshalliano, o *milieu innovateur*, numa aproximação da escala local sem, contudo, muito apego à problemática urbana contemporânea. O distrito marshalliano, revivido na interpretação da Terceira Itália por esse grupo, considera menos as relações de mercado e de domínio macroeconômico do que as dinâmicas inovativas resultantes de relações intangíveis que sugerem sinergias positivas como efeito da aglomeração. As formas de coordenação, concorrência e cooperação, que surgem em ambientes inovativos estimulados pela incerteza e pela dificuldade de rotinização da produção, sugerem um novo tipo de articulação interempresarial que elege o distrito, um aglomerado espacial, como o meio mais adequado às exigências de competitividade numa economia não planejada e flexível.

O distrito marshalliano versão anos 1980-90 seria, nesta visão, a forma organizacional e espacial propícia para o desenvolvimento pós-fordista, endógeno, inovador, ágil e socialmente solidário e coeso mundo afora, isto é, o foco da política espacial ajustada ao novo padrão de acumulação flexível.⁶

As análises do grupo da Terceira Itália abrem caminho, no entanto, para as novas considerações sobre o espaço urbano e metropolitano após a crise do fordismo no âmbito da ciência regional. O grupo da chamada Escola da Califórnia, por sua vez, prolonga a abordagem do distrito industrial para o campo de observação do papel e das dinâmicas do espaço metropolitano, dando ênfase à potência e às possibilidades dos efeitos multiplicadores da aglomeração. Nas considerações de Scott et al.,⁷ com a crise dos parâmetros da administração fordista, abre-se um período de incerteza em relação à expansão e fidelidade dos mercados. A crise de previsibilidade e a intensificação da concorrência sugeriram uma adaptação dos processos produtivos a um ambiente empresarial mais flexível. A incerteza e a dificuldade de rotinização dos processos produtivos exigem constantes e frequentes inovações, que, por sua vez, estariam ligadas à capacidade de aprendizagem em ambientes altamente competitivos. Além das formas de produção, adaptação e circulação do conhecimento entre firmas, possibilitadas, desse ponto de vista, pela proximidade empresarial física em densos aglomerados locais, a conformação de espaços ricos em fatores específicos demandados por essas firmas adaptadas à competição flexível, encontrados sobretudo nos espaços metropolitanos, apresenta condições para uma sensível redução de custos. A necessidade de rápida adaptação em um mundo instável e de ajustes efêmeros coloca a aprendizagem e a inovação, assim como os custos ligados aos fatores específicos e aos serviços especializados, na linha de frente da estratégia locacional, ainda mais quando se considera a redução constante dos custos de comunicação e transporte que operam cada vez mais significativamente na escala global.

Apesar das críticas possíveis e que se pretende desenvolver ao longo deste capítulo, é preciso ter em conta que parte da importância dessas abordagens se encontra, também, na oposição que esses autores representaram para o curso de hegemonização de uma linhagem fundamentalmente acrítica no trato dos fenômenos associados à reestruturação produtiva.

A OPOSIÇÃO AO PARADIGMA DA DESLOCALIZAÇÃO E A RUPTURA CONTEMPORÂNEA

No fim dos anos 1980 e, sobretudo, no início dos anos 1990, o mantra da desmaterialização da vida, da desespecialização das atividades, da deslocalização dos ambientes de trabalho e da produção começava a ganhar proporções significativas na esfera acadêmica. Os estudos sobre o espaço urbano se tornariam obsoletos aos

olhos dessa perspectiva. Embalados pelo frenesi das novas tecnologias de comunicação e transporte num mundo que passava por visíveis transformações em relação à versatilidade dos mercados, as vertentes da desmaterialização proclamavam o fim da importância do espaço e o relegavam à pré-história das condições contemporâneas. Os enunciados proclamados por essas correntes ganharam espaço na academia e nas mídias, disputando lugar nas falas corriqueiras do cotidiano. A ideia de que, com o desenvolvimento da tecnologia das redes de transmissão de dados e dos novos meios de transporte, seria possível realizar em casa o trabalho do escritório, de que seria possível fazer compras sem deixar o conforto do lar, ou, ainda, de que seria possível interagir e se comunicar com pessoas em qualquer parte do mundo tendo em mãos apenas um computador conectado à grande rede mundial, sugeria e mesmo fundamentava uma visão segundo a qual se tornava desnecessária, além da observação das dinâmicas espaciais e dos processos de produção do espaço, a aglomeração como forma preponderante de realização da vida social e da economia. Essa concepção se somou à perspectiva idílica de retorno ao campo e à natureza – muito bem aproveitada pelos mercados imobiliários, evidentemente – e vislumbrou um mundo, uma paisagem, que abolia os problemas relacionados ao cotidiano constrangedor da metrópole contemporânea veiculados sob a forma da poluição, do trânsito e da rigidez dos horários de trabalho e do encontro. À essa parafernália ideológica, que serviu frequentemente mais como anteparo aos promotores imobiliários e à propaganda dos novos serviços, opôs-se um grupo de pesquisadores críticos reunidos sob a orientação do desenvolvimento endógeno. Allen Scott, John Agnew, Edward Soja e Michael Storper,⁸ quando se propõem a “entender por que, em uma área de custos de transporte e comunicação geralmente em declínio, ainda temos um mundo organizado em função de grandes regiões urbanas (mais do que em função de um padrão mais difuso de localização)”, lançam mão, nesse caso, de seu duplo pressuposto crítico. Primeiramente, reafirmam na base de sua teoria a importância da aglomeração urbana para os processos de acumulação. Em segundo lugar, partem da crítica direta às vertentes da desmaterialização. É nesse sentido que se pode atribuir um importante teor de criticidade a essa vertente do desenvolvimento endógeno. Para eles,

de fato, em vez das cidades-regiões estarem se dissolvendo como objetos sociais e geográficos pelo processo de globalização, elas estão se tornando progressivamente centrais à vida moderna e, cada vez mais, a globalização (em associação com várias transformações tecnológicas) vem reativando a sua importância como base de todas as formas da atividade produtiva.⁹

A via apresentada por esse grupo também foi trilhada por Saskia Sassen já no início da década de 1990. Da mesma forma que aqueles, Sassen inicia o primeiro capítulo de *As cidades na economia mundial* com uma advertência a respeito do ambiente teórico a partir do qual ela se propunha avançar no debate da reconfiguração

espacial da reestruturação produtiva. Ela apresenta a emergência de um quase consenso a propósito do paradigma da deslocalização para, logo em seguida, refutá-lo a partir de sua teoria das cidades globais,¹⁰ que não só não despreza os aspectos espaciais e do lugar na teoria como reafirma o papel da cidade e das aglomerações urbanas tipicamente metropolitanas no processo de acumulação capitalista que ora se desenvolve na economia mundial. A adoção de um ponto de partida assentado na crítica às vertentes acrílicas da desmaterialização revela, além da identidade que se elabora pelo oponente teórico, a importância dessas produções na compreensão do papel do espaço e de seus conteúdos e formas eminentemente urbanos para os processos atuais de acumulação do capital. As abordagens da história do desenvolvimento teórico e conceitual das novas ciências regional e urbana frequentemente ignoram esse fato, deixando de pontuar, por isso, a ruptura ocorrida na produção acadêmica nesse campo a partir dos anos 1990 como elemento de valorização da crítica trazida no bojo dessas teorias mais recentes. Além disso, esse aplainamento da história disciplinar e das ideias pressupõe um tipo de desenvolvimento teórico-conceitual apartado da realidade em transformação. Com as sucessivas reorganizações da esfera produtiva, das relações entre o capital financeiro e o capital manufatureiro e do ambiente institucional público ou privado, decorrentes das frequentes crises que atingem o processo de valorização do capital, a posição e o papel das metrópoles na ordem da acumulação capitalista se modifica sensivelmente.

Apesar de a crise da década de 1970 ter servido de inspiração aos autores da Terceira Itália para o reavivamento do distrito marshalliano, entre aqueles grupos em que o espaço urbano constitui o sentido final da aglomeração funcional para os fins da acumulação, o momento de ruptura que dirige um novo olhar para a metrópole se elabora a partir dos anos 1980. Em *A cidade global*, de Saskia Sassen,¹¹ a década de 1980 é apontada como o momento de consolidação das profundas transformações que ocorrem nos âmbitos da economia e da política que dão abertura para uma reconsideração do conceito de cidade global; é por isso que, ainda para ela, também em *As cidades na economia mundial*, “o mercado e as vantagens da aglomeração, e, por consequência, das cidades, assumiram um novo significado nos anos oitenta”.¹² A emergência de um “novo regime econômico”, impulsionado pelo destacado papel das finanças e dos serviços assumido no fim do século XX, redimensiona a importância dos grandes centros metropolitanos na dinâmica de acumulação que se desenrola cada vez mais na escala global. A emergência dessa nova configuração econômica, que atribui maior importância aos segmentos financeiros e de serviços, torna o tempo, em estado bruto, um fator de custos mais significativo que o peso das mercadorias acabadas ou das matérias-primas. A lógica da localização, que antes respeitava um padrão de aglomeração em torno das fontes dos materiais mais pesados, foi profundamente alterada. Se é verdade que o desenvolvimento das novas técnicas de comunicação e transporte e a sensível queda dos custos relativos a esses serviços deram maior liberdade para os

investimentos de capital, olhando por outro lado, isso deve ser observado não somente em relação a suas limitações, mas também em relação às contratendências e aos seus efeitos invertidos, a depender do segmento para o qual a análise se orienta. Assim,

as empresas que exercem atividades mais rotineiras [...] parecem estar cada vez mais livres para se mudarem ou instalarem suas matrizes fora das cidades. As empresas que se dedicam a atividades extremamente competitivas e inovadoras e/ou fortemente orientadas para o mercado mundial parecem beneficiar-se do fato de estarem localizadas na região central dos grandes centros do comércio internacional, por mais elevados que sejam os custos.¹³

Dessa forma, Saskia Sassen marca posição também em relação à superação dos termos propostos pelas análises fundadas na atualização do distrito marshalliano. “Da perspectiva das empresas prestadoras de serviços, esse complexo especializado deve mais provavelmente localizar-se em uma cidade, em vez de, por exemplo, em um condomínio de escritórios situados em bairros distantes”.¹⁴

Se esse contexto e perfil analíticos, que partem do reconhecimento de uma tendência à financeirização da economia e de uma profunda transformação das condições técnicas das comunicações e transportes, serviram para deslocar, no campo teórico, a importância dos trabalhos ligados à Terceira Itália, o impacto que tiveram sobre os antigos parâmetros da ciência regional foi ainda maior. François Ascher,¹⁵ partindo também dos efeitos do recente desenvolvimento dos transportes e da comunicação, afirma que “o esquema ‘christalleriano’, que havia sido por muito tempo a referência dominante para explicar uma repartição espacial hierárquica das cidades, perde ainda mais sua pertinência com a emergência de um sistema urbano polarizado em torno das metrópoles funcionando em rede numa escala internacional”. Isso se explica em seu texto a partir da percepção de uma ruptura no *continuum* espacial. O desenvolvimento dos meios de transporte de alta velocidade e das comunicações em “tempo real” sugere uma concepção de espaço renovada a partir de um novo paradigma espaçotemporal: o “efeito túnel”. Ascher enfatiza que com o aumento das velocidades implicadas no transporte de bens e pessoas, assim como com o advento da comunicação instantânea a custos reduzidos e de amplitude ilimitada, a proximidade e a conexão entre dois grandes centros pode se dar suplantando a noção de distância e o espaço intermédio entre esses pontos. É como se não houvesse “nada” entre um grande centro e outro. Assim, “a posição à meia-distância, que foi no passado a melhor localização, torna-se a pior [...]. Isso explica em parte o enfraquecimento das hierarquias urbanas e a perda de pertinência dos esquemas propostos por Christaller e seus continuadores”.¹⁶ Evidentemente, o papel da crítica aos esquemas de Christaller é aqui figurativo e pode ser estendido ao amplo espectro das teorias de inspiração neoclássica que ressuscitaram, no pós-guerra, a noção de centralidade espacial fundada numa concepção de espaço contínuo e no pressuposto do equilíbrio espacial – isso inclui também os trabalhos inspirados nas teorias de Lösch, de Weber e mesmo de Von Thünen. Apesar dos

momentos que Ascher dedica em seu texto para situar o processo de urbanização em uma espécie de temporalidade ininterrupta, muitas vezes de caráter supra-histórico, a metápole, seu conceito-mestre para a compreensão da atualidade dos fenômenos urbanos, sinaliza o momento de ruptura mais recente que organiza o processo de urbanização. A justificativa para o emprego de uma nova nomenclatura que envolve a compreensão da atualidade se define pelo fato de que

a noção de metrópole que nós utilizamos até o presente para descrever essas grandes aglomerações parece inadaptada para qualificar esse novo tipo de espaço, por um lado porque ela evoca tão logo uma grande cidade assumindo as funções mais elevadas na hierarquia urbana regional, por outro porque ela não introduz nem a ideia de uma nova estruturação dos espaços urbanos, nem a ideia da formação de um novo espaço das atividades econômicas e sociais cotidianas.¹⁷

Além disso, da mesma forma que Sassen e os autores da chamada Escola da Califórnia, Ascher buscou localizar sua teoria a partir da oposição à leitura amplamente difundida da deslocalização. Para apontar o suposto equívoco presente nas análises de Françoise Choay, de Daniel Bell e de Melvin Webber, Ascher apresenta sua hipótese fundante de que as aglomerações tornam-se ainda mais importantes diante da revolução das técnicas de transporte e comunicação. Para ele,

certamente as novas tecnologias de transporte e de comunicação participam da recomposição dos espaços urbanos e rurais, mas elas não envolvem uma dispersão generalizada dos homens e das atividades. Ao contrário, elas acompanham ou suscitam novas aglomerações e polarizações.¹⁸

Pierre Veltz não seguiu caminho diferente. Apesar do distanciamento temporal em relação à primeira edição, datada de 1996, de seu *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*, em 2004 ele escreve um novo prefácio que se inicia já recuperando e demarcando ainda melhor sua posição nesse debate. A partir da primeira linha desse prefácio, pode-se ler uma crítica à perspectiva da mundialização como um processo de dissolução do espaço concreto e da materialidade espacial. Segundo Veltz,¹⁹ “a mundialização não é a imposição de um espaço abstrato, sem distâncias, sem inscrições locais que não aquelas precárias e residuais”. Para ele, os resultados, as condições e os meios pelos quais a mundialização se assentou como processo hegemônico “são eles mesmos indissociáveis da urbanização acelerada do mundo e de um processo de polarização sem precedentes da economia mundial em torno das grandes cidades”, que são ligadas por uma espécie de “economia de arquipélago” a partir da qual os espaços urbanos tornam-se centrais na realização dos fluxos e dos sentidos da economia.²⁰ “Os movimentos de ‘deslocalização’ são certamente importantes em alguns setores. Mas o discurso alarmista que eles suscitam esconde o fenômeno dominante, que é o contrário disso”.²¹ A materialidade, a forma e o conteúdo espaciais são tão importantes para os fundamentos da economia contemporânea, de acordo com Pierre Veltz, que ele

elege um fenômeno (mais do que simplesmente um recorte) espacial para substituir o elemento explicativo central do regime de acumulação anterior. A partir de seu livro, é possível entender a metropolização como o sucedâneo atual da taylorização da economia. Desse ponto de vista, o espaço, a materialidade e, sobretudo, o espaço metropolitano não apenas têm importância na compreensão do mundo contemporâneo, como também aumentaram significativamente o seu papel após a crise do regime de acumulação anterior. Essa compreensão parte do reconhecimento de uma ruptura crucial que ocorre no fim do século XX. Reforçando a perspectiva apresentada por Saskia Sassen, Veltz demarca o momento desse *boulevardement* político e econômico nos anos 1980, afastando-se também da perspectiva dos autores da Terceira Itália.²² O caminho teórico que permite o nosso autor atingir os termos da metropolização, como o elemento que define a ruptura de nossa época e a forma predominante de um entendimento crítico a respeito da atual configuração da economia mundial globalizada, compartilha com a grande tradição do pensamento das esquerdas a crítica à tradição neoclássica. A restauração de algumas teorias espaciais e dos mercados imperfeitos, como aquelas que põem acento no papel das economias de escala e das economias externas, marca esse posicionamento. Para Veltz, “sem economias de escala [...], não haveria geografia econômica”. Mas “essa constatação de bom senso não é trivial aos olhos da análise neoclássica”.²³ Além disso, “se as externalidades têm um estatuto residual na teoria tradicional (tudo o que escapa ao mercado), elas são, na realidade, onipresentes na economia real”.²⁴ De acordo com o autor, o sentido das considerações espaciais na teoria econômica se justifica diante das “imperfeições” do mercado, o que está na ordem do dia da economia real e é escondido pela teoria dos mercados perfeitos de inclinação neoclássica. Tomando essa tradição do pensamento econômico como referência, ele afirma que “a economia, a mais avançada, funciona cada vez mais no ‘extraeconômico’! E o território, seguramente, desempenha um papel essencial nessa dinâmica”.²⁵

No trabalho de Scott et al.,²⁶ os marcos da reestruturação produtiva, da crise dos Estados nacionais, da financeirização da economia e do advento das novas tecnologias de comunicação e transporte, todos associados às transformações ocorridas nos anos 1980-1990, colocam-se como a pedra de toque para a emergência do conceito de cidade-região. A partir daqui, é possível afirmar que, de acordo com esses autores, a atual investida nos estudos da metrópole encontra suas justificativas nas profundas transformações que atingem a ordem de funcionamento das economias capitalistas na escala mundial e que esse conjunto de transformações atribui novos conteúdos e um lugar de destaque ao espaço metropolitano a partir dos anos 1980-1990. Para esses autores, “houve um ressurgimento de formas de organização econômica e política de cunho regional, sendo a maior expressão desta tendência encontrada em algumas cidades-regiões globais”.²⁷ Dessa forma, contrariando a palavra de ordem dos gestores e teóricos da revolução técnico-científica dos anos 1990, segundo essa

vertente, “o poder da aglomeração permanece forte, ainda que os custos de transporte e comunicação continuem declinantes”, informam Storper e Venables.²⁸ A partir de suas análises, foi possível observar que

as melhorias nos processos de transporte e comunicações raramente ou nunca enfraqueceram as tendências de urbanização do capitalismo moderno [...]. Em vez disso, as melhorias desse tipo quase sempre tendem a reforçar a aglomeração da atividade econômica por alargar o leque de qualquer centro de mercado, ajudando a desencadear novas rodadas de especialização em áreas urbanas estabelecidas.²⁹

Todo esse potencial crítico, no entanto, que reconhece e revaloriza a análise e os processos espaciais urbanos contemporâneos como elementos centrais da compreensão do mundo atual, foi conquistado sem o abandono do pressuposto que permite a observação de uma ruptura essencial na ordem do fluxo temporal dos fenômenos. Aí consiste, inclusive, boa parte do poder analítico e um dos grandes méritos desse conjunto de autores que se posicionaram contra a perspectiva acrítica e conciliatória da desmaterialização. Ao partilhar com o oponente teórico o pressuposto de uma ruptura temporal, esses autores criaram as condições para o reconhecimento de um papel renovado do espaço metropolitano na ordem da reprodução econômica contemporânea. O processo de financeirização da economia, a flexibilização do processo produtivo, a crise dos Estados centrais e da escala nacional e o desenvolvimento das novas tecnologias de transporte e comunicação fazem parte do repertório ao qual essas vertentes da valorização da escala local e do urbano recorreram para apresentar a nova inserção dos espaços metropolitanos na economia e na teoria social. O aplainamento pressuposto na ideia de que “nesta evolução conceitual não houve mudanças abruptas, pois no avanço do modo de produção capitalista criou-se raízes ao longo do tempo, permitindo que conceitos se consolidassem sem rupturas essenciais”,³⁰ impede a observação da passagem (e da ruptura) que funda o reconhecimento teórico do processo que produziu o espaço urbano-metropolitano como a última fronteira da acumulação capitalista.

A AGLOMERAÇÃO URBANA COMO LUGAR DO NEGÓCIO

Um dos pontos de partida da análise realizada pelos autores da chamada Escola da Califórnia pode ser localizado na observação, de forte inspiração regulacionista, da transformação do ambiente institucional do capitalismo a partir da erosão dos poderes dos Estados centrais. Essa percepção, que não foi exclusiva desse grupo e nem mesmo de seus inspiradores mais diretos, difundiu-se nas análises sociais e econômicas, sobretudo entre aquelas que assumiram uma posição crítica em relação à austeridade monetarista como panaceia da ortodoxia econômica. Nos Estados

periféricos, superendividados nos anos 1980, a imposição do “amargo remédio” teve impactos ainda mais profundos. A perda da capacidade de articulação de políticas econômicas e de “desenvolvimento” regional, além de reforçar o desmonte da antiga região dos geógrafos tradicionais e destronar a concepção regional da administração centralizada, teria feito a escala nacional submergir como escala prioritária para a reprodução e compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e políticas. A erosão da capacidade de articulação e definição de políticas na escala nacional, vinda com os ajustes no ambiente institucional do Estado e com os novos poderes atribuídos às grandes corporações transnacionais, resultaria, assim, num processo de descentralização do poder político que ajuda a consolidar simultaneamente a escala urbana e a escala global, a partir do desenvolvimento de relações mais diretas entre essas, como as escalas mais significativas para a compreensão das novas estratégias de acumulação. No aspecto morfológico, recorrendo às noções de Veltz, Scott et al.³¹ asseveram que “na base geográfica de todo sistema encontra-se um mosaico ou arquipélago de grandes cidades-regiões constituindo uma das principais redes estruturais da nova economia global”. Dessa perspectiva, “em pouco tempo, o sistema tradicional baseado na relação centro-periferia é substituído por outro, multi-hierarquizado, operado por empresas corporativas que vão aos poucos assumindo uma feição transnacional”.³² Sandra Lencioni³³ considera que esse é o momento e o processo pelo qual se opera uma transformação das categorias analíticas e das dinâmicas sociais com a substituição da escala internacional pela escala global. Esse processo ocorreria simultaneamente com a emergência da escala metropolitana (a “cidade-região”, de Scott; a “metápolis”, de Ascher; as ilhas de uma “economia em arquipélago”, de Veltz; ou a “cidade global”, de Sassen) como um tipo de sucedâneo da antiga escala nacional de poder. Além disso, de acordo com Veltz,³⁴ “a trama dos Estados-nação, neste contexto, não é somente brutalmente atingida pelas grandes firmas mundiais. Ela o é também por essa ascensão da economia metropolitana”. Assumindo a aglomeração, em suas articulações globais, como a forma espacial prioritária da realização dos investimentos produtivos, comerciais ou financeiros, estar-se-ia presenciando, dessa forma, para empregar os termos de Neil Brenner,³⁵ a produção de novas escalas como condição da acumulação contemporânea. Assim, “o espaço provê uma fronteira em movimento constante para a acumulação capitalista”.³⁶

Dessa forma, aos termos vagos de uma globalização pautada pelos fluxos mundiais de informações, valores e ordens, essa perspectiva que emerge da crítica à desmaterialização associa as dinâmicas da aglomeração. O fato de que as interdependências de longa distância se tornam tão fortes quanto as de curta distância “não significa, em hipótese alguma, que a proximidade não irá desempenhar mais do que um papel secundário e que nós entraríamos num mundo de relações perfeitamente fluidas, um mundo ‘líquido’”.³⁷ Nisso consiste uma parte da recusa em tratar o espaço somente do ponto de vista da distância. Saskia Sassen também se posiciona criticamente com

relação a essa abordagem da perspectiva da globalização unilateral. Para a autora, apesar de conter elementos verdadeiros, ela peca pela parcialidade.

A centralidade da metrópole para essas vertentes que buscam na aglomeração as dinâmicas sociais e econômicas responsáveis pela localização das atividades “superiores” da economia contemporânea será encontrada e justificada a partir de conjuntos os mais diversos, a depender da inclinação teórica dos autores em questão. Saskia Sassen, por exemplo, não vai muito além da consideração da oferta de fatores brutos, como força de trabalho especializada, infraestrutura moderna e mercados consumidores de alta renda, para qualificar o enunciado geral da necessidade da aglomeração e de seus efeitos. Para ela, a nova circunstância associada ao crescimento dos fluxos financeiros e do segmento de serviços, na era da assim chamada globalização, “exige uma infraestrutura extremamente avançada de serviços especializados e de concentrações de alto nível, no que se refere aos recursos em telecomunicações. As cidades constituem locais fundamentais para ambos”.³⁸ Assim, “em vez de se tornarem obsoletas devido à dispersão que as tecnologias da informação possibilitaram, as cidades concentram funções de comando”. A esse papel Sassen acrescenta duas outras funções adicionais, a saber:

- (1) as cidades são locais de produção pós-industrial para as principais indústrias desse período, para o setor financeiro e para os serviços especializados; e (2) as cidades são mercados multinacionais, onde empresas e governos podem adquirir instrumentos financeiros e serviços especializados.³⁹

No nível das dinâmicas envolvidas na emergência dos espaços urbanos como ambientes propícios à realização dos negócios, os autores da Escola da Califórnia vão muito além dos aspectos apontados por Sassen. Apesar de reconhecerem a importância de que “as cidades sempre aparecem como locais privilegiados para o crescimento econômico porque economizam em infraestruturas de capital intensivo [...], permitindo assim a obtenção de economias de escala significativas em locais selecionados”, esses autores acrescentam “a esse óbvio fator básico subjacente à aglomeração” mais três conjuntos de fenômenos “que se complementam e intensificam os seus efeitos”. São eles, segundo Scott e Storper:⁴⁰ (1) os efeitos de encadeamento para frente e para trás (*backward and forward inter-linkages*) de firmas em sistemas industriais; (2) a formação de densos mercados de trabalho locais; e (3) o surgimento de ativos relacionais localizados promovendo efeitos de aprendizagem e inovação.

Antes de prosseguir com uma breve elucidação a respeito desses pontos, é preciso deixar claro que todos eles, inclusive o primeiro conjunto atribuído ao desenvolvimento analítico proposto por Saskia Sassen, situam-se no campo das externalidades que tocam a rentabilidade dos capitais que buscam o espaço urbano como lugar para os seus negócios. Evidentemente, o pressuposto admitido para a condução dessas análises é que não se pode tomar, para compreensão desse novo fenômeno emergente da centralização metropolitana das atividades, quaisquer ramos ou segmentos da atividade

econômica. Enquanto os segmentos responsáveis pela execução das atividades hoje entendidas como “banais”, normalmente representantes dos ramos mais importantes nas análises da geografia econômica do fordismo, são pouco a pouco deixados na periferia dos procedimentos de análise, um conjunto muito específico de atividades ditas “superiores” e de comando passa a constituir o foco da preocupação desses autores. Dentre os ramos componentes tomados aqui como significativos, podemos incluir justamente aqueles que mais se adaptaram às novas condições de produção e reprodução do capital e que, por isso, lideram a dinâmica de acumulação e detêm a capacidade de gerar, difundir e impor um novo ordenamento para a economia em escala global. Ao mesmo tempo, esses serão os ramos mais sensíveis às incertezas e irregularidades típicas de uma economia não planejada como a que emergiu com a crise do regime fordista-keynesiano. Entre os segmentos incluídos nessa categorização, os que merecem maior destaque são a indústria de alta tecnologia, os serviços comerciais e financeiros de alto nível e as indústrias expostas a mercados que flutuam devido a mudanças constantes no design ou nos efeitos da moda.⁴¹ Tendo em vista o grau de incerteza e instabilidade que toma conta do ambiente competitivo no qual esses segmentos mais dinâmicos estão inseridos, torna-se difícil a rotinização das atividades e das relações externas, sejam elas definidas no campo interempresarial, sejam elas definidas com os mercados de trabalho e de consumo. Assim, esse grupo de empresas cria uma dependência das “redes que facilitam a mudança e novas combinações”. Levando-se em consideração que interferem na disponibilidade dos fatores adaptativos (1) a oferta de força de trabalho altamente especializada, (2) a oportunidade de se associar a novos fornecedores e novos consumidores também altamente especializados e exigentes e (3) os altos níveis de acesso a uma ampla variedade de informação e recursos, “os custos de transação sobem significativamente conforme as distâncias aumentam e, com a dispersão geográfica dos produtores, as ineficiências aparecem rapidamente”.⁴² Isso porque não somente a oferta de fatores específicos se manifesta essencialmente de forma concentrada, o que condiciona o acesso a esses mercados à instalação em localidades restritas, mas porque a proximidade e o estabelecimento de redes plásticas de cooperação e solidariedade empresarial definem a isenção de muitos encargos associados à formação de estoques, uma condição crucial e ajustada à perspectiva da incerteza e da instabilidade. Além disso, a proximidade pressuposta na base da noção de aglomeração utilizada envolve uma miríade de empresas e, por isso, de possibilidades associativas: essa é outra condição para a eliminação dos estoques, tão essenciais em estruturas rígidas nas quais o risco de rompimento de elos nas cadeias de fornecimento (de bens e serviços) é relativamente alto devido à quase exclusividade que se desenha em função das distâncias. É nesse sentido que se torna “possível afirmar efetivamente que a aglomeração é um constituinte fundamental e onipresente do desenvolvimento bem-sucedido dos sistemas econômicos em muitos níveis diferentes de PIB per capita”.⁴³